



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2023

Processo Licitatório nº: 13.282/2019/2019

Processo de Recurso nº: 15.087/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2023

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médico para a Subsecretária de Atenção Básica e Estratégia de Saúde da Família, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos.

RECORRENTE: GG INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS

RECORRIDO: PREGOEIRO

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **GG INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo **PREGOEIRO** da Comissão de Pregão II, no Edital **Pregão Eletrônico n.º 069/2023**.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das



Comissão de Pregão II

exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do **Pregão Eletrônico - Licitação nº 069/2023** e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 01 de junho de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 01/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 13.282/2019, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00069/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Aquisição de Equipamentos Médico para a Subsecretária de Atenção Básica e Estratégia de Saúde da Família, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 16:17:33 do dia 01/06/2023 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 20.1 do Edital do **Pregão Eletrônico nº 69/2023**;

Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa:

GG INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, apresentou recurso para o item, 02 em 05/06/2023;



Comissão de Pregão II

A empresa: **COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES SERRA DAS ARARAS LTDA**, apresentou contrarrazões para o item 02 em 12/06/2023;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a **RECORRENTE**, em síntese, que:

a) A recorrente sucintamente alega, que mesmo existindo a dispensa do registro em edital, não há exceção para obrigatoriedade de registro junto à Vigilância Sanitária e ao INMETRO determinados pelo Ministério da Saúde para o item 02 - Foco Refletor Ambulatorial, alega ainda que as três primeiras empresas classificadas não apresentam o mecanismo de certificação obrigatório, e, por isso, devem ser desclassificadas.

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a **RECORRENTE**:

a) *“Seja recebido o presente recurso, por ser tempestivo e carregado de preceitos legais;”*

b) *“Consequentemente, as quatro primeiras empresas classificadas se tornem desclassificadas, nos termos da Lei nº 6.360;”*

c) *“Com o acolhimento do presente recurso, e aplicação da legislação seja classificada a empresa GG INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.”*

V. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Em sede de contrarrazão a empresa recorrida, **COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES SERRA DAS ARARAS LTDA**, sucintamente alega que, *“Há uma diferença entre Foco Refletor Ambulatorial e Foco*



Comissão de Pregão II

Cirúrgico sendo o primeiro facultativo/dispensado de acordo com a NOTA TÉCNICA N° 03/2012/GQUIP/GGTPS/ANVISA.”

Afirma ainda que “Conforme a NOTA TÉCNICA N° 03/2012/GQUIP/GGTPS/ANVISA, o Foco Clínico/Auxiliar é produto sujeito a cadastramento, não obrigatório do ANVISA”

A empresa recorrida sucintamente requer:

a) “Conforme Preliminar, que seja indeferido o Recurso, pois a Recorrente não cumpriu com o item do Edital 20 –Recursos / 20.8 do edital (NÃO FOI DIRIGIDO O RECURSO AO TITULAR DA SECREATARIA MUNICIPAL DE SAÚDE), ferido o Princípio da Vinculação do edital e o art. 41 da lei nº 8666/93.”

b) “O conhecimento e acolhimento das presentes contrarrazões, caso não entenda a Preliminar, para que seja indeferido as Razões de Recurso, interposto pela empresa GG INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA e que seja mantida a decisão desta ilustre Comissão de Licitação que classificou e sagrou a Recorrida vencedora do item 02 (dois) Foco Refletor Ambulatorial, pois este item é facultativo ao Registro no ANVISA conforme NOTATÉCNICA N° 03/2012/GQUIP/GGTPS/ANVISA.”

VI. DAS ALEGAÇÕES DO PREGOEIRO

O edital do pregão eletrônico nº 069/2023 dispõe que:

19 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]

19.2 Comprovação da Autorização de Funcionamento válida, da empresa participante da licitação, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme artigos 1º e 2º da Lei 6.360/1976, **quando aplicável. [Grifo nosso].**



Comissão de Pregão II

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, emitiu *NOTA TÉCNICA N° 03/2012/GQUIP/GGTPS/ANVISA* com a finalidade de servir como um guia orientativo às empresas do setor de produtos para saúde para o peticionamento de Registro/Cadastramento tendo como base a IN 02/2011 tendo em vista a dificuldade de enquadramento de diversos produtos;

A NOTA TÉCNICA N° 03/2012/GQUIP/GGTPS/ANVISA assim dispõe:

[...]

Produtos sujeitos a **Cadastramento**:

[...]

23. Foco Auxiliar Odontológico e Cirúrgico; [Grifo nosso]

[...]

Desta forma tendo em vista as informações trazidas em sede de contrarrazão, através da NOTA TÉCNICA N° 03/2012/GQUIP/GGTPS/ANVISA, emitida pelo próprio órgão regulador, bem como a exigência de qualificação técnica disposta no subitem 19.2 do edital a qual só será exigida para fins de habilitação “quando aplicável”, entendo, s.m.j. não assistir razão às alegações da recorrente.

VII. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **GG INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS** no processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 069/2023**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo o julgamento anteriormente proferido, e **HABILITADA** a empresa **COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES SERRA DAS ARARAS LTDA**, para o item 02, no pregão em comento.



Comissão de Pregão II

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela Autoridade Superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 069/2023.

1 Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 27 de junho de 2023.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870